

## Capistrano de Abreu e a Geografia do Brasil

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Já era CAPISTRANO DE ABREU trintão, festejado entre os sabedores da História do Brasil, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o acolheu no seu quadro social.

Viera de longe, em áspera trajetória, pontilhada de lances definidores de singular individualidade, desde que, a 23 de outubro de 1853, abriu os olhos à vida em Columinjuba, insignificante localidade, cuja importância avultou, no município de Maranguape, mercê do nascimento de quem lhe daria fama.

Antes de adquirir a maioridade civil, conquistou a intelectual, apesar da irregularidade de seus estudos, de incansável autodidata. Apuraram os seus biógrafos, entre os quais sobressai PEDRO GOMES MATOS, com a excelente contribuição que recentemente lhe dedicou, ter frequentado apenas o Seminário Diocesano do Ceará, onde refugou o ensino religioso.

No Recife, para onde seguiu, com destino à Escola de Direito, em vez de se aplicar às letras jurídicas, engolfou-se em leituras históricas e filosóficas, algo desordenadas, de que lhe resultou a interrupção do curso acadêmico e a volta ao Ceará, onde fundou, com parceiros de igual curiosidade, a “Escola Popular”. A influência que exerceu externamente, “sobre a sociedade cearense em geral” por meio de conferências, comparava-se à interna, “sobre os espíritos audazes e juvenis, que congregou, reuniu e fecundou uns pelos outros”.

“Era em casa de ROCHA LIMA, lembrou CAPISTRANO, que se reuniam os membros da que chamavam Academia Francesa”, onde FRANÇA LEITE advogava os direitos do comtismo puro e sustentava que o *Système de Politique Positive* era o complemento do *Cours de Philosophie*. MELO (Dr. Antônio José de) descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão de sábio e o estro do poeta. POMPEU FILHO dissertava sobre a filosofia alemã e sobre a Índia, citava LAURENT e combatia TAINE. VARELA — o garboso e abnegado paladino — enristava lanças a favor do racionalismo. ARARIPE JÚNIOR encobria com a máscara de FALSTAFF a alma dolorida de RENÉ. FELINTO falava da revolução francesa com o arrebatamento de CAMILO DESMOULINS. LOPES (João Lopes Ferreira Filho), ora candente como um raio de sol, ora lóbrego como uma noite de Walpurgis, dava asas a seu humor colossal. Por vêzes das margens do Amazonas chegava o eco de uma voz, doce como a poesia de suas águas sem fim, a de XILDERICO DE FARIA, hoje para sempre mudo no regaço do Oceano”.

Entre os demais se extremava o mais moço de todos, RAIMUNDO ANTÔNIO DA ROCHA LIMA, cujo perfil o amigo traçou com simpatia, ao vê-lo emudecer aos 23 anos de idade, quando realizava o plano de “atravessar a vida com os olhos fixos na honra e no dever; evitar não só as fraquezas como as aparências da fraqueza; impor-se pelo caráter puro e pelos sentimentos elevados à estima dos adversários e dos amigos”.

Por ventura, ao definir personalidade tão peregrina, cuja mocidade não se distanciaria grandemente da sua, CAPISTRANO se revia nas características morais do conterrâneo admirável, como igualmente em sua inteligência penetrante realçada pelo trato lano, que “sabia afagar as suscetibilidades e evitar choques e divergências fatais em sociedade de tal ordem”. O convívio intelectual, assinalado por memorável série de conferências, como as proferidas em 1874, a saber:

A Escola — Por MANUEL QUINTILIANO,  
Liberdade religiosa — XILDERICO DE FARIA,  
Religião — AMARO CAVALCANTE,  
O Papado — ARARIPE JÚNIOR,  
Geognose da Terra — HENRIQUE THÉBERG,  
Educação da Família — JOSÉ CASTELÕES,  
Eletricidade — FRANCISCO BORGES DA SILVA,  
Soberania — TOMAS POMPEU,  
A Literatura Brasileira — CAPISTRANO DE ABREU,

A Mulher, a Família e a Educação — FREDERICO SEVERO”, apenas durou até princípio de 1875, quando ocorreu a dispersão.

“Uns retiraram-se da província; outros entraram em carreiras e ocupações contraditórias com a essência da Academia; outros acharam que a comédia se prolongara por demais, e lançaram para longe a máscara a que deveram a introdução no santuário”.

CAPISTRANO, que em tais têrmos, narrou a sua contribuição para a nomeada do grêmio efêmero, poderia ufanar-se de quanto produzira, estimulado pelos companheiros. Estreara na crítica literária, ao traçar o “Perfis Juvenis”, que o “Maranguapense” estampou.

Baseara-o em dois princípios: “o primeiro, é que a literatura é a expressão da sociedade; o segundo, é que o estilo é o homem”. Aludiu, a propósito, à “influência do clima, da raça, dos antecedentes sociológicos sôbre os fenômenos sociais contemporâneos”, assim evidenciando proveitosas leituras de TAINE, seu maior inspirador por essa época. Aceitos os princípios, aplicou-os à análise dos poetas, que não ultrapassaram a mocidade, do naipe de CASIMIRO DE ABREU e JUNQUEIRA FREIRE.

Também consideraria, conjunto, A LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, em conferência proferida por volta de 1875, quando já se embebia dos ensinamentos de BUCKLE, para conceituar: “A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações da Natureza sôbre o Homem, de reações do Homem sôbre a Natureza”.

E assim orientado, firmou o programa que explanaria. Em primeiro lugar, trataria das influências físicas no Brasil; em segundo lugar da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprimiu essa sociedade”.

E, entrando no assunto, esclareceu: “do que primeiro me devo ocupar é do clima, porque não só a sua ação é grande, como em parte determina a dos outros elementos”.

Ao referir-se à umidade, ao calor e ao solo, soltou asas aos pendores poéticos, para assinalar: “daí esta natureza exuberante, estas matas sombrias como os arcanos do coração e perfumosa como os anelos da esperança; êstes vales e serras a que o germen brota pujante como as ilusões de um cérebro de quinze anos, as magnificências que nos circundam, as grandezas que nos esmagam. “Esta situação, que faz do Brasil um dos mais belos países do mundo, faz dos seus habitantes — um dos povos mais fracos”. Para acentuar, ainda mais, o conceito, engrandecedor da Natureza, em contraste com a pequenez do Homem, recorreu a BUCKLE, para lhe citar a expressão: “a civilização é a vitória do Homem contra a Natureza”.

O princípio estaria certo, mas a aplicação ao Brasil não se alicerçava ainda no conhecimento cabal do país que mais tarde o conferencista adquiriria. Depois do clima, considerou a raça, que se pode classificar, “como um agente físico, porém é mais que do agente físico”. A propósito, vale-se longamente de SPENCER, OLIVEIRA MARTINS e TEÓFILO BRAGA, pois que eliminou das suas cogitações as outras componentes étnicas do povo brasileiro, para somente analisar a raça portuguesa. “Bem sei, refletiu, que serei incompleto, porém, só a posteridade empregará o método exaustivo”.

Reconhecia lealmente a mingua de informes a respeito dos índios e dos negros, e por isso desistia de trazê-los à colação. Acorde com os citados autores lusitanos, assinalou o “caráter versátil ondeante e até sentimental do povo de que descendemos”. Mas refletir, “Se o caráter instável dos portugueses concorreu muito para o nosso atraso relativo, fôra injusto não acrescentar que os fatos históricos também cooperaram”.

Todavia, não se exime de opinar paradoxalmente em questão, que lhe teria freqüentes vêzes alcançado as onças. “Embora considere estéreis e infundadas as divagações e fantasias dos que lastimam a derrota dos holandeses, não posso negar que, povoados por êstes, o Brasil se nos apresentaria com um aspecto muito diverso.

Uma raça forte, persistente, teria travado mais cedo a luta contra a Natureza e, limitando seu influxo, teria apressado o dia do progresso”.

Ainda que fôsse exequível a profecia, e tudo leva a crer que lhe faltasse base na realidade, se o invasor não fôsse expulso, provavelmente não teria existido o historiador cearense, com as características brasileiras que o individualizavam, substituídas, então, por influências batavas.

No tocante à sociedade, lembrou: “há duas espécies de progresso: ao que COMTE e BUCKLE chamam *político*, chamarei *funcional*; ao que êles chamam *social*, chamarei *orgânico*.

O primeiro vem do governo para o povo, é justapositivo; o segundo vai do povo para o governo, é intusceptivo”.

Para justificativa do conceito, alonga-se em considerações que pelo menos servem para espelhar as suas idéias na época. Assim, “a evolução, entrevista nas ciências da vida, da alma e da sociedade, só poderá ser demonstrada pelas ciências inorgânicas. Em um estudo científico mais adiantado, ver-se-á a matéria considerada como a acumulação do movimento, e uma feição do movimento que até hoje tem passado quase despercebida, mas que decorre de sua persistência, concentrará sobre si tôda a atenção que merece; refiro-me ao que chamarei *fatalidade de progressão*, como no-la apresentam a lei da gravitação em astronomia, o crescimento e o instinto sexual em biologia, a consciência em lógica, etc. “Opulento de sugestões, resume as “características da nossa literatura colonial; esotérica ao princípio e, por conseguinte: alambicada; demôtica e, por conseguinte, grosseira e animal depois; por fim mais colorida e geral, por conseguinte mais verdadeira no espírito e mais bela na expressão”. De mais a mais, “o estado mental de um povo depende de seu estado econômico, não só nos primeiros tempos em que a acumulação da riqueza é que torna possante a acumulação do pensamento, como nos tempos posteriores”.

Ao terminar a conferência, definidora da sua individualidade literária, CAPISTRANO DE ABREU, apenas entrado na maioridade civil, apresentava-se como irredutível materialista, crente no evolucionismo e descrente das qualidades raciais dos brasileiros. E embebido de leituras de SPENCER, COMTE, AGASSIZ, TAINE, BUCKLE, decide consagrar-se à história, conforme lembraria mais tarde, em carta a LÚCIO AZEVEDO. Por essa época, JOSÉ DE ALENCAR, em visita ao Ceará, teve ensejo de conhecê-lo e, maravilhado de seu saber, aconselhou-o a desenvolvê-lo num maior cenário intelectual.

E, assim, por sugestão do romancista, partiu da terra natal, a 12 de abril de 1875, em viagem aventureira para cujo êxito apenas contava com a própria cultura, já acentuada. Iria imprimir novos rumos às suas atividades. A 26, ainda a bordo do “Guará”, em que viajara, regista as impressões que lhe causou a Guanabara, onde fundeara no dia anterior. “Se o nosso Ceará é a pátria da lua, ao ver ontem convertido o mar em um imenso lago de ouro mais brilhante que se pode ansiar, convenci-me que Rio de Janeiro é a pátria do Sol”.

Não era, porém, para se extasiar diante das paisagens guanabarinas que empreendera a mudança decisiva. Pretendia conquistar posições acordes com as suas aptidões comprovadas. Acolhido pelo desembargador DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE, e por outros conterrâneos de prestígio, a quem viera recomendado, não lhe foi difícil obter colocação na livraria Garnier, enquanto aguardava a nomeação para oficial da Biblioteca Nacional, que o alegrou imensamente. O decreto de 9 de agosto de 1879 permitiu-lhe atender à vocação, que já se pronunciava intensamente.

Quando laureado, mais tarde, recordaria, em carta de 8 de outubro de 1917, o acolhimento que lhe proporcionou o diretor, “meu antigo chefe e venerando mestre, DR. RAMIZ GALVÃO, que passa de quarenta anos acolheu paternalmente o provinciano bisonho, e com seu exemplo, com a convivência dos admiráveis colaboradores, hoje todos mortos, que soube reunir na Biblioteca Nacional, acompanhou-lhe os primeiros passos nos estudos, a que o Instituto Histórico tem dado impulso e direção desde 1838”.

Era a tarefa que mais lhe aprazia, por facilitar-lhe o manuseio de livros e manuscritos, indispensáveis às pesquisas por ventura já ideadas.

A chefia de RAMIZ GALVÃO imprimira ao estabelecimento fundado por D. JOÃO VI vigoroso impulso, que se evidenciara na “Exposição de História”, em cujo catálogo, não superado ainda, colaborou CAPISTRANO, ao lado de VALE CABRAL e outros colegas dedicados à bibliografia.

Prova cabal de quanto lhe foi útil a permanência na Biblioteca Nacional, rompe dos escritos que elaborou então, e, sobretudo, do concurso de que participou no Colégio Pedro II.

Para a cadeira de Geografia e História, que se vagara, inscreveram-se doutos candidatos, do naipe de FELICIANO PINHEIRO BITTENCOURT, EVARISTO NUNES PIRES, FRANKLIN TÁVORA, GAMA BERQUÓ. CAPISTRANO apresentou-se com a tese — “Descobrimiento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”, e conquistou o primeiro lugar na classificação.

Do episódio apossou-se o anedotário, que lhe imprime relêvo às singularidades, para condenar o desleixo da indumentária, de que jamais cuidou. Barrada a sua passagem, “teve de pular uma janela, porque os bedéis não acreditando que êle fôsse um dos candidatos,

pois os outros, como era de praxe, se apresentavam de casaca, o teriam tomado por um louco e lhe vedado a entrada na sala”.

À hora da assinatura do decreto da nomeação, teria objetado o Imperador ao ver indicado outro nome:

— “Espere . . . Não é o Sr. Abreu? Dos concorrentes foi o que se saiu melhor.

— Pensei, explicou o ministro, que êste homem não podia ser nomeado, pois Vossa Majestade bem viu que êle não tinha uma casaca, mesmo alugada ou emprestada, para apresentar-se.

— Mandê lavar o decreto, nomeando-o, que a casaca virá depois, com os seus ordenados de professor”. Pouco importa que valha apenas como anedota, expressiva de zêlo imperial pelo aproveitamento do candidato mais habilitado nas provas exibidas e do desmazelo do historiador no trajar.

A verdade é que, empossado na cátedra, em 1883, dignificou-a enquanto permaneceu em exercício.

Professor, o seu esmero no difundir os conhecimentos, que lhe opulentavam a mente, manifestava-se por vários modos.

Pela cátedra, onde pontificava, maravilhando os alunos. Pela imprensa, em que seguidamente colaborava, em mais de uma gazeta, acêrca de assuntos históricos, de geografia e critica literária.

Embora não o cortejasse, pois não lho consentiria o gênio, tendente à misantropia, acolheu-o o Instituto, mercê de expressiva indicação.

“Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a JOÃO CAPISTRANO DE ABREU, nascido na província do Ceará em 23 de outubro de 1853.

É êle professor de História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II, tem-se dedicado aos estudos da história pátria, com proveito das letras e podem servir-lhe como título de admisão os seguintes trabalhos já divulgados pela imprensa:

— O Brasil no século XVI. Estudos. A armada de D. NUNO MACIEL. ANDRÉ GONÇALVES.

— Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI.

Rio, 17 de agosto de 1887. T. DE ALENCAR ARARIPE. DR. CÉSAR AUGUSTO MARQUES — FRANKLIN TÁVORA — AUGUSTO FAUSTO DE SOUSA”.

Submetida a proposta ao exame da Comissão de História, não tardou o parecer em que, após examinar os trabalhos referidos, assim concluiu: “É êste um trabalho bem elaborado, escrito sob bases históricas, manifestando o cabedal literário do autor, sua critica conscienciosa e seu estilo elegante e claro. O Sr. JOÃO CAPISTRANO DE ABREU é professor de História e Corografia do Brasil no Externato do Imperial Colégio de D. Pedro II.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1887.

Dr. M. D. MOREIRA DE AZEVEDO — Dr. JOSÉ ALEXANDRE TEIXEIRA DE MELO”.

De como atuaria no grêmio consagrado aos estudos históricos, bastará o conceito competente de indicação, que lhe alterou pela segunda vez, a categoria. “Propomos que seja elevado a sócio honorário do Instituto nos têrmos precisos do artigo 10 dos Estatutos o sócio efetivo JOÃO CAPISTRANO DE ABREU que pertence ao Instituto desde 19 de outubro de 1887. Os trabalhos prestados pelo ilustre preposto ao Instituto, o seu justo renome como notável sabedor da nossa história dispensam qualquer argumento para justificar esta homenagem.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1913 — MANUEL CÍCERO — DR. PEDRO SOUTO MAIOR — SEBASTIÃO DE VASCONCELOS GALVÃO — DR. VIVEIROS DE CASTRO — EDUARDO MARQUES PÔRTO — DR. LUÍS GUALBERTO — M. DE OLIVEIRA LIMA — MARTIM FRANCISCO”.

Todavia, nesse intervalo de um quartel de século, em que profundas transformações experimentou o Brasil, nem sempre se entenderam às maravilhas o historiador e os seus colegas.

Um dêstes, CÉSAR MARQUES, que, aliás fôra um dos proponentes do seu nome à apreciação dos consócios, acusou-o vivamente, em sessão de 25 de novembro de 1892, de se descuidar de restituir as obras obtidas por empréstimo, e então renovou pedidos que fêz “para

serem arrecadados os documentos do Instituto que estão em poder do sócio CAPISTRANO DE ABREU”.

É de crer não tenha perdurado semelhante increpação, impugnada pelo procedimento correto do historiador, cujo desprendimento se patenteava de contínuo, ao presentear os amigos com livros preciosos que possuísse.

Uma vez lidos e assimilados, ofertava-os ao primeiro que se manifestasse curioso de conhecê-los. De igual forma, os documentos só lhe valiam, enquanto não se fundissem em algum ensaio, para lhe fundamentar as conclusões.

Não seria ávido colecionador de raridades bibliográficas, ou de manuscritos, de cujo conteúdo, entretanto, sabia utilizar-se a primor.

Ainda que tivesse cometido a falta de que foi argüido, naturalmente se remiu pela devolução. Caso perdurasse a acusação, dificilmente se justificaria a publicação na “Revista” (Tomo LXXI, de 1908) da memória — “Vaz de Caminha e sua Carta”, em que examina o documento inicial da vida brasileira e a ignorância do seu paradeiro por mais de três séculos, antes que AIRES DO CASAL — “o verdadeiro criador da Geografia Nacional” — o divulgasse na “Corografia Brasílica”.

E menos ainda a referida proposta de 27 de julho, homologada pelo plenário, seguida, a breve intervalo, da indicação de MAX FLEIUS, de 1917, para que o Instituto lhe conferisse o “Prêmio D. Pedro II”, para galardoar o autor da “Língua dos Caxinauás”, semelhantemente ao que alvitrava em relação a BASÍLIO DE MAGALHÃES, por ter publicado a “Expansão Geográfica” e a E. ROQUETTE PINTO, cuja “Rondônia” empolgara de golpe a admiração dos sabedores.

A propósito, contou-se que, na ocasião da entrega, por coincidência planejara CAPISTRANO conhecer o rio Doce e desejara para êsse fim a companhia do jovem e já famoso naturalista, que preferiu atender à convocação do Instituto.

Comparou-o, então, o historiador a Esaú, que se deixava prazenteiramente atrair pelo prato de lentilhas — a medalha conquistada pelo seu talento, em vez de embrenhar-se pelos sertões, em busca de novos galardões científicos.

Assim pensava CAPISTRANO, sem pretender depreciar o colega laureado, a quem escrevia, pouco depois: “Esaú amigo” . . . .

De sua parte, não o seduziam as palmas acadêmicas e coerente com as suas convicções, devolveu, em carta de 8 de outubro, “a medalha de ouro” e baseou-se “no precedente aberto pelo benemérito FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, glória da Pátria e ilustre desta casa, para rogar ao Instituto com os reiterados respeitos a oferta que faço da medalha dêste prêmio, que a sua benignidade me confere, para propor como assunto novo em outro concurso”.

Assim patenteava ainda uma vez CAPISTRANO a sua desambição de glória, embora confiasse em suas credenciais por merecê-la, desde o início da luminosa trajetória pelos domínios da cultura.

Fôra, de comêço, crítico literário, cujos conceitos já denunciavam conhecimentos, que ansiavam por aplicações mais fecundas. A leitura de BUCKLE e AGASSIZ, ainda no Ceará, impeliu-o à História, a que se irmanou a Geografia, quando, aprendido o alemão, conseguiu ler RATZEL no original e HUMBOLDT, para depois conhecer outras obras que dariam, como essas, novos rumos aos estudos geográficos.

Daí por diante, associam-se ambas as disciplinas em suas pesquisas, que raramente serão exclusivas da História ou da Geografia.

Certo, os comentários sôbre FERNÃO CARDIM, Frei VICENTE DO SALVADOR, Visitações do Santo Ofício, as decifrações de enigmas bibliográficos, indicativos de sua sagacidade crítica, prefácios inúmeros, assim como ensaios acêrca do “O Brasil no Século XVI” — “O descobrimento do Brasil”, revelam o historiador perspicaz, ao passo que a “Geografia do Brasil”, refundida, do Dr. JOÃO EDUARDO WAPPAEUS, 1884, da “Geografia Geral do Brasil”, consideravelmente aumentada, de A. W. SELLIN, (1889), apontariam, de preferência, o geógrafo, que afirmou, a respeito da influência da obra de WAPPAEUS: “foi incontestável, pelo menos a alguns espíritos mostrou que a Geografia não era simples estudo de memória, simples enfiada de nomes, sem ligações, podendo ser recitados em qualquer ordem, contanto que fôssem numerosos”. Contribuições, porém, elaborou, em que se fundem os dois ramos de

conhecimentos, como em “Capítulos da História Colonial”, considerada sua obra prima, e “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” (1889).

Assim, ao examinar a divisão do território despovoado em Capitâneas, lembrou: “a posição de Pernambuco, na parte mais oriental e mais vizinha do velho mundo, facilitou as comunicações com a Europa de onde viriam capitais e braços a explorar suas riquezas. DUARTE COELHO, donatário primitivo, soube aproveitar enérgico a situação e firmar sólidamente seu prestígio”.

Daí se causou o seu desenvolvimento, que o historiador enaltece, baseado em razões geográficas. Ao sul, cresceu, na era de MARTIM AFONSO, a cidade por êle fundada no litoral, S. Vicente, que se esgalaria em Santos, e a do planalto, predestinada a viçar, pujante, em S. Paulo.

Difíceis, porém, as comunicações entre ambas. Então, rompeu a “necessidade de considerar o povoado serrano independente de Santos, de S. Vicente e da marinha em geral”. Refletiu, a propósito: “a situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras, que tornaram logo famoso e temido o nome paulista”.

Em expressivo painel, debuxa a influência do núcleo piratiningano, que se estendeu pelos sertões a dentro, embora refreada por iniciativas que tendiam a dominá-la.

Assim, a abertura da estrada das minas ao Rio, a cujo respeito apreciou: “a obra anti-paulística de GARCIA (Rodrigues Pais, filho, de FERNÃO DIAS PAIS) foi continuada por seu cunhado MANUEL DA BORBA GATO, que se estabeleceu no rio das Velhas” e “encaminhou para a Bahia o ouro e o comércio do São Francisco”. Depois, o “caminho fluvial do Madeira, o caminho terrestre de Goiás, concluíram a obra anti-paulística iniciada nos morticínios dos pantanais”.

Quanto à segunda parte, afigura-se exagerada a qualificação para a estrada que partira de Piratininga para Cuiabá através das lavras de BARTOLOMEU BUENO.

No tocante à primeira, porém, realmente Mato Grosso desligava-se de São Paulo, ao adotar o Guaporé e Madeira para suas vias de comunicação.

Releva notar, todavia, que razões políticas também intervieram para favorecer a linha estretenha de navegação.

O terceiro centro considerável do povoamento resultou da fundação da cidade do Salvador por TOMÉ DE SOUSA, para sede do govêrno geral. “A população alastrou de preferência pelo litoral do pequeno mediterrâneo, geralmente chamado recôncavo”, firmou, de início, o escritor. E daí se estendia até o rio Salitre com os currais da Casa da Tôrre, que chamou a si territórios mais vastos que grandes reinos, e ao Piauí, onde “DOMINGOS AFONSO, por antonomásia “Certão”, fundou e possuiu dezenas de fazendas”.

Ainda entrelaçando elementos históricos e geográficos, examinou as singularidades do litoral nordestino, para esclarecer. “Na arenosa costa Nordeste do Brasil sopram os ventos, cursam as correntes em direção invariável durante certa parte do ano. Lê-se isto na forma das dunas abruptas para Este e brandamente inclinadas para Oeste, nos leques dos rios, cujas bôcas orientais, como as primeiras que apanham a areia, são menos profundas que as bôcas ocidentais. “Decorreu daí com igual clareza a elevação do Maranhão a Estado independente logo depois da conquista, devido à impossibilidade de ligá-lo de maneira constante ao território do Este e Sueste”.

Para sintetizar as idéias, interrogou: pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais, como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?”.

E sem titubear, acrescentou: “a resposta afirmativa decorre do que fica expandido e quatro centros se apuram do estudo da nossa história”.

“Começa o movimento na capitania de São Vicente, onde a mata litorânea se estreita, os campos se avizinham e amiudam” e os rios avançam para o sertão. A Bahia “estende-se primeiro pela praia, de Sul a Norte, à distância em que os rios dão vau, ocupa o rio S. Francisco de Este a Oeste, de Nordeste a sudoeste, mas não se limita a uma só margem, abarca logo acima de Paulo Afonso, a que pertence a Pernambuco e vai povoando-as ininterruptamente enchendo-as de gado, que encontra seu *optimum* no terreno salitrado, nos

campos mimosos e por fim se adapta às caatingas, aos agrestes e aos carrascos. O gado transporta o dono. E pululam fazendas e nascem estradas e o povoamento quase contínuo se torna, ao menos no sentido longitudinal. A população baiana transborda para Maranhão, Piauí; remonta depois para todos os descobertos auríferos que sem gado teriam perecido no nascedouro”.

Pernambuco, a primeira capitania no século XVI, adormece sobre os louros colhidos na guerra holandesa. No São Francisco vê apenas uma margem, nesta margem vê apenas o trecho desimpedido, a cachoeira de Paulo Afonso amedronta-o. Por isso Alagoas diferencia-se e é simbólico o limite pelo Moxotó, bem junto ao sumidouro.

“Além de sumidouro abandonam tudo aos baianos”. — Dilata-se-lhe a influência por outros rumos “Para o Norte, desde a Paraíba a ação pernambucana direta ou indiretamente aparece mais eficaz”. Preocupado sempre em articular o progresso com os caminhos, frisou: “fundado no século XVII, o Maranhão procurou unir-se à Bahia e Pernambuco, e conseguiu-o, utilizando o Parnaíba e o São Francisco; mas o seu movimento próprio deu-se no décimo nono século, consistiu na procura do rio Tocantins, isto é, de Goiás, do Pará, graças a este esforço pertence-lhe o território que vai do Manuel Alves Grande ao Gurupi. Não é muito, mas ao passo que Pernambuco minguava, o Maranhão crescia”.

Aliás, a relevância que atribua CAPISTRANO às vias de comunicação evidenciara-se desde, pelo menos, a tese do concurso — “Descobrimento do Brasil” de 1883.

“Todos os rios do Brasil, assegurou, representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; há porém, alguns que excedem a todos: o Tietê, o Paraíba, o São Francisco e o Amazonas”. “Se o Tietê foi o caminho de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Goiás e Mato Grosso; — o São Francisco foi o caminho para parte de Goiás, do Piauí, do Ceará, de Minas Gerais e Rio de Janeiro”. Ainda mais, o “Tietê possuía condições naturais que o destinavam a este papel. Uma, era a sua proximidade do mar, que foi motivo para os portugueses virem logo estabelecer-se em suas margens, e tomá-lo por ponto de partida. Outra, era a direção de sua corrente, pois os colonizadores não tinham de subi-lo, mas de descê-lo, o que era muito mais fácil. Outra era o sistema de suas vertentes, que o punha em contacto com o Paraíba, o Mojiguauçu, o Parapanema e, depois de confluir com o Paraná, punha-o ainda em contacto com os afluentes do Paraguai”.

O geógrafo, seguro dos seus conhecimentos, insinuava-se nos escritos do historiador, de tal maneira que seria difícil diferenciar a contribuição de um da de outro. Ambas revelavam-se da mesma superioridade e ajudavam-se mutuamente a interpretar os fenômenos submetidos ao seu exame.

A história não se desenvolvia, em sua narrativa, como artificial criação desprovida de base física, nem como as plantas epífitas, que apenas hão mister de suporte, para florirem no alto das frondes. Ao contrário, havia mister de enraizar-se na terra, da qual hauria seiva, que lhe robustecia o raciocínio.

Por isso, ao elaborar, por solicitação do Centro Industrial os “Breves Traços da História do Brasil”, em cujas páginas condensou o resultado de pacientes investigações, precedeu a monografia por admirável “rápida descrição geográfica, orográfica e hidrográfica”.

O geógrafo, nesse capítulo, tomou a dianteira, para caracterizar cabalmente o vasto cenário, onde se desenvolveria o drama da conquista e consolidação. Os conceitos rompem-lhe, sugestivos, da pena incomparável. “As bacias do Amazonas e do Paraguai com os rios que as cortam, as ilhas numerosas, os lagos consideráveis e os canais sem conta, compensam até certo ponto a pobreza do desenvolvimento marítimo, e são os verdadeiros mediterrâneos brasileiros”. Associada à análise dos acidentes topográficos, a biogeografia merece-lhe a devida atenção. “Na depressão amazônica, conceitua, associam-se o calor e a umidade, a vegetação atinge o máximo desenvolvimento, alardeia-se a grande mata terreal. A luta pelo ar e pela luz arremessa as plantas para cima, repelem-se nas alturas as copas do arvoredo, árvores possantes enchem-se de trepadeiras, cruzam-se lianas em todos os sentidos. Plantas sociais como a imbaúba e a monguba constituem exceção; em regra, numa superfície dada cresce o maior número possível de espécies diferentes”.

Difícil seria condensar de maneira tão sugestiva, em reduzidas linhas, a descrição exata da floresta portentosa que sombreia o vale amazônico, onde se desenvolve a luta entre as inúmeras espécies, que forcejam por sobreviver, estimuladas pela quentura úmida.

Anàlogamente, aplicou às outras regiões o exame da sua vestimenta vegetal, definida sucinta e cabalmente. Em seguida, ocupou-se da fauna, “muito rica em insetos, répteis, aves, peixes e pequenos quadrúpedes, antes de considerar os indígenas, a cujo respeito lembrou que “fundada no exame lingüístico a etnografia moderna conseguiu agregar em grupos certas tribos mais ou menos estreitamente conexas entre si”.

E depois de referi-las, em traços gerais, trouxe à colação os “fatôres exóticos”, entre os quais primava o português do século XV, “fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela misticção; o seu falar era livre, não conhecia reboços nem eufemismos de linguagem”.

“Ao português estranho ao continente cumpre juntar o negro, igualmente alienígena. A importação começou desde o estabelecimento das capitanias e avultou nos séculos seguintes, primeiro por causa da cultura da cana, mais tarde, por causa do fumo, das minas, do algodão e do café.

E indica-lhe a influência: “o negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. “O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu, em 1710, o benemérito ANTONIL”.

Sempre orientado pelos princípios da ciência, que HUMBOLDT constituía, com RITTER, RATZEL e outros sabedores de igual estôfo, afirmou, ao tratar no capítulo III, dos “Descobridores”:

“A posição geográfica de Portugal destinava-o à vida marítima, e data da dominação romana o conhecimento das ilhas alongadas ao Ocidente. Tradições árabes memoram os Mogharian, partidos de Lisboa à cata de aventuras. A restauração cristã produziu uma marinha nacional que alentaram e tornaram próspera a escolha da barra do Tejo para escala da carreira de Flandres, e a vinda de Catalães e Italianos chamados a ensinar a náutica e a técnica. A expedição contra Ceuta em 1415 reuniu já centenas de embarcações e milhares de marinheiros”.

Em sua linguagem concisa e incisiva, assim começa o historiador, sempre associado ao geógrafo, a relembrar a expansão portuguesa pelo continente africano e o programa, perseverantemente praticado, da procura do caminho para as Índias e as suas conseqüências, de que resultou o descobrimento do Brasil.

Embora povoado de comêço pelo malogrado sistema das capitanias hereditárias, antes do govêrno geral”, dominavam fôrças centrífugas no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência da unidade, mas de multiplicidade. Sòmente devagar foi cedendo esta disposição geral, pelos meados dos séculos XVII e XVIII.

Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamalucos, mulatos, caboclos, caribocas, tôdas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros, apesar de tôdas as diferenças flagrantes e irreductíveis, do que do invasor holandês; daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos”. A presença do estrangeiro dominador serviu de reagente para provocar a agremiação e entendimento das varias fôrças, que se dispersavam pela colônia imensa. Entretanto, afigurou-se-lhe “mero episódio da ocupação da costa” a invasão flamenga. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”.

Ao tratar dos feitos dos sertanistas cujos crimes condena, ainda recorre à geografia, para lembrar. “Os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram à Mantiqueira, aproximadamente por onde a transpõe a E.F. Rio e Minas (Rêde Sul Mineira). Viajando em rumo de Jundiá e Moji, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo

Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaíra, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnaíba, as de Goiás e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao Rio-Mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins”.

Em linhas gerais, o quadro sintetiza a expansão das bandeiras paulistas, explicada pelo exame das vias fluviais de comunicação, do litoral atlântico às extremas ocidentais, no vale guaporeano, e ao nordeste, com as Coxilhas Sulinas. Reflete, a respeito: “o movimento paulista para o sertão ocidental chocou-se com o movimento paraguaio à procura do mar”.

Os dois imperialismos defrontaram-se no vale do Paraná, como posteriormente sucederia no do Guaporé. E a História registaria os episódios da luta pertinaz que se travou, ora às claras, nos campos de batalha, ora menos ruidosamente, nas chancelarias em que se ajustavam as transações diplomáticas. Por fim, o tratado de Madrid de janeiro de 1950, evidenciando a boa fé recíproca, principiou pela confissão de ambos os contratantes, de terem transgredido a divisória pactuada em Tordesilhas. — Traçaram novas raias, baseadas na doutrina do *uti-possidetis*.

Não somente foram respeitadas as andanças dos bandeirantes paulistas, que só estacaram à beira do Guaporé, como ainda, ao norte tiveram endosso os feitos dos sertanistas apontados pelo historiador. “As entradas pelos afluentes da margem direita iam também continuando; em 1669 GONÇALO PIRES e MANUEL BRANDÃO descobrem cravo, canela e castanha do Tocantins; em 1716 JOÃO DE BARROS GUERRA derrota os Torás no Madeira; em 1720 marcha uma expedição contra os Juiuas do Juruá; em 1724 FRANCISCO DE MELO PALHÊTA sobe o Madeira até às aldeias espanholas”.

Em sentido contrário, ao som das águas, “desde a terceira década do século XVIII descem ao Amazonas mineiros de Goiás e Mato Grosso. Destas descidas a mais fértil em consequência foi a de MANUEL FÉLIX DE LIMA, que em 1742, navegou o Sararé, Guaporé, Mamoré, Madeira e alcançou o Maranhão”.

Ao tratar dos problemas econômicos, afirmaria: “os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo do transporte dos produtos”.

Arranhavam os povoadores “a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior”.

“Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa. A solução foi o gado vacum”.

O painel em que debuxa a evolução da pecuária, a expandir-se, “das cercanias da cidade do Salvador” pelo vale do São Francisco, onde a casa da Torre possuía duzentos e cinquenta léguas de testada”, ao Canindé, Piauí, Parnaíba, para o Norte, o rio das Velhas, ao Sul, com as fazendas de ANTÔNIO GUEDES DE BRITO, que se dilatava por “cento e cinquenta léguas”, apresenta-se como por ventura o capítulo mais impressionante do ensaio em que se harmoniza o conhecimento cabal do assunto com a expressão robusta.

A propósito, caracteriza a “época do couro”, definida em linguagem lapidar: “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro e mais tarde a cama para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfanje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de boi que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

Desde que a sugeriu, a denominação vingou, para distinguir a fase de expansão pastoril, que exerceu influência duradoura no desbravamento e ocupação da hinterlândia.

Também o ciclo da mineração inspirou-lhe páginas sugestivas, em que se aliam, ainda uma vez, a geografia e a história. A propósito do governo de FRANCISCO XAVIER DE MEN-

DONÇA FURTADO e da sua luta contra os missionários de LOIOLA, manifestou a deficiência de fontes de informação existentes que o levou a afirmar: "Uma história dos jesuitas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil".

Por isso, não a tentou elaborar; apesar do que ideara na mocidade, quando a leitura de BUCKLE lhe alvoroçara o entusiasmo. Todavia, os capítulos que dedicou à "Formação dos Limites", ao povoamento, em "Três séculos depois", onde assegura: "observando a distribuição geográfica dos povoados notaram-se duas correntes fáceis de distinguir", poderiam constituir parte do estudo geral, caso o empreendesse. Contentara-se, porém, em concluir, embebido ainda de ensinamentos geográficos e históricos, ao têrmo de sua explanação: "cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva de religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando porém, uns ou outros do modo particular, eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos".

Assim concluiu, desencantado, na arraiada alvissareira da centúria, em que a fama o incluíria entre os etnólogos mais provecos, como intérprete sagaz de C. VON DEN STEINEN, e EHRENREICH, e mais que tudo, autor da "Língua dos Caxinauás, depois de lhe ter laureado o nome de crítico literário, historiador e geógrafo. Bastava qualquer dessas modalidades expressivas da sua peregrina inteligência, a serviço da pesquisa desinteressada, para lhe granjear a benemerência da posteridade, proclamada por ocasião do centenário do seu nascimento.

A reunião de tôdas em sua individualidade alça-o, todavia, às eminências dos mais admiráveis exemplos da cultura brasileira.